O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 57 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13963732

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

SITUASUAS – IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADES, RISCOS E POTENCIALIDADES NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Daiana Silva de Brito[1]

Acileide Cristiane Fernandes Coelho[2]

Olga Maria Pimentel Jacobina[3]

Anna Cláudia Romano Pontes[4]

Cláudia Cristina Fukuda[5]

Resumo

O presente estudo tem por objetivo apresentar o SituaSUAS como um instrumento capaz de identificar vulnerabilidades, riscos e potencialidades das famílias atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como seu processo de construção que envolveu: o estabelecimento de um consenso sobre a demanda desse tipo de instrumento; sua ancoragem em um referencial teórico que defende a importância da proteção social e a manutenção de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil; sua contribuição para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias (TSF) como uma prática prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS); as etapas necessárias para cumprir o rigor metodológico de construção de instrumentos pelo referencial da Psicometria; e a apresentação de alguns resultados e discussões que confirmaram a efetividade de seu uso e sua sensibilidade à identificação de riscos, danos e potencialidades, após a aplicação piloto em 392 famílias atendidas pelo SUAS no Distrito Federal.

Palavras-chave: Instrumento; Proteção Social; Risco Social, SituaSUAS; Vulnerabilidade Social.

Abstract

This study aims to present SituaSUAS as a tool capable of identifying the vulnerabilities, risks, and potentialities of families assisted by the Unified Social Assistance System, as well as its development process, which involved: establishing a consensus on the need for such an instrument; anchoring it in a theoretical framework that advocates the importance of social protection and maintaining a Welfare State in Brazil; its contribution to the development of Social Work with Families as a practice outlined in the National Social Assistance Policy; the necessary steps to meet the methodological rigor of constructing instruments based on Psychometrics; and the presentation of some results and discussions that confirmed its effectiveness and sensitivity in identifying risks, damages, and potentialities after a pilot application involving 392 families assisted by Unified Social Assistance System in the Federal District.

Keywords: Instrument; Social Protection; Social Risk, SituaSUAS; Social Vulnerability.

[1] Mestranda em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). E-mail: daiana.prof@gmail.com

[2] Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: leidecris@gmail.com

[3] Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: olgampj@gmail.com .

[4] Servidora pública da carreira de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: annaclrp@gmail.com

[5] Professora da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: claudiafukuda@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O enfrentamento da desigualdade social e econômica permanece um desafio para as políticas sociais brasileiras. Tendo como alicerce a Constituição Federal de 1988, a construção de um Estado de Bem-estar Social ancorado no tripé da Seguridade Social exige que o reconhecimento dos direitos sociais esteja refletido no dia a dia dos cidadãos, possibilitando que todos usufruam de direitos mínimos, como o acesso ao trabalho, à renda mínima, à educação, à saúde, à habitação e ao saneamento. Cabe, então, ao Estado brasileiro construir as condições para que esses direitos sejam alcançados por toda a sua população. O desafio é enorme e requer uma orquestração de estratégias de diferentes dimensões para viabilizar o acesso a esses direitos por parte da população com maior grau de vulnerabilidade.

Dentre as várias políticas públicas elaboradas para responder às necessidades da sociedade, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) busca dar respostas às situações de desproteção social e contribuir para a construção de um Estado garantidor de direitos e de justiça social. No escopo de suas atribuições, estão não apenas a mitigação da insegurança de renda e a garantia de acesso a bens e serviços, mas a construção de estratégias de enfrentamento à desigualdade de raça, de gênero, e a situações de violência e outras desproteções. De forma a operacionalizar a proteção social no Brasil, foi estruturado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, com uma organização tripartite, estabelece as atribuições da União, dos estados e dos municípios e Distrito Federal. Entendendo que o Trabalho Social com Famílias (TSF) é feito em âmbito local, ele requer a compreensão da complexidade da situação da população que demanda os serviços socioassistenciais. Os fatores de proteção e de desproteção presentes no cotidiano das famílias precisam, então, ser identificados para resguardar-lhes as seguranças previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), quais sejam: Acolhida; Renda; Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social; Desenvolvimento da Autonomia; Apoio e Auxílio.

Tendo como foco conhecer as necessidades das famílias e indivíduos no seu cotidiano e, assim, melhor orientar o TSF, foi desenvolvido o SituaSUAS – instrumento que tem por objetivo orientar o atendimento e o acompanhamento de indivíduos e/ou famílias no SUAS a partir da identificação de suas potencialidades, riscos e vulnerabilidades. O SituaSUAS indaga sobre o contexto em que a família/indivíduo está inserida/o, ampliando a escuta às situações vivenciadas. Dessa forma, possibilita a construção de estratégias e metas a serem alcançadas em relação às seguranças e às proteções previstas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), favorecendo tanto o planejamento como a avaliação da entrega do serviço ofertado.

O presente estudo situa o desenvolvimento do instrumento no contexto da evolução da proteção

social brasileira e o caminho percorrido para a elaboração do SituaSUAS como uma resposta para uma lacuna identificada pela ausência de instrumentos de identificação de vulnerabilidades sociais à luz das seguranças afiançadas pelo SUAS. O processo de construção do instrumento teve início com a identificação da ausência de publicações sobre ferramenta padronizada que identificasse as necessidades da população a partir das seguranças afiançadas pelo SUAS.

Para compreensão da construção deste instrumento, este texto se divide nas seguintes seções: 1- Referencial teórico no qual destaca-se a importância da proteção social e a manutenção de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, sua contribuição para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias (TSF) como uma prática prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), assim como traz referências importantes que amparam a construção de instrumentais e aborda conceitos importantes, como o de vulnerabilidade, risco, potencialidade e dano. 2- Construção do instrumento SituaSUAS, a qual seguiu as seguintes etapas de desenvolvimento: Estabelecimento da estrutura conceitual e definição do contexto; Construção e organização de itens e domínios; Validação de conteúdo e semântica; Aplicação Piloto do SituaSUAS. 3- Resultados e discussões que confirmaram a efetividade de seu uso após a aplicação piloto em 392 famílias atendidas pelo SUAS no Distrito Federal e 4- Considerações finais que apontam caminhos para o aprimoramento na oferta de serviços no SUAS.

REFERENCIAL TEÓRICO

A desigualdade social no Brasil permanece como uma das maiores no mundo (BOFF; CABRAL, 2023, CHANCEL *et al*., 2022). Com o impacto da pandemia causada pela Covid-19, houve um acentuado aumento no número de pessoas em extrema pobreza, não só no Brasil, mas em diversos países, o que exigiu reavaliações das políticas de proteção social (DEMIRGÜÇ-KUNT *et al*., 2024, DIEESE, 2021). Além da desigualdade de renda, a pandemia evidenciou outras desproteções sociais também presentes na sociedade (COELHO; CONCEIÇÃO, 2024; JACINTO, 2021). Para entender o contexto de desigualdade social no Brasil e a relevância de um olhar multidimensional da pobreza, precisamos retomar algumas importantes discussões sobre a atuação do Estado e as formas de garantia de proteção social no mundo, e como estas refletem e interagem com as estruturas sociais e a história brasileira.

O modelo de Welfare State, que emergiu na Europa no pós-guerra, estabeleceu um sistema de proteção social que se baseia na ideia de que o Estado é responsável por garantir a provisão de direitos sociais fundamentais, como saúde, educação, e assistência social (ESPING-ANDERSEN, 1991; TITMUSS, 1958). Esse modelo visa desmercantilizar o acesso a esses serviços, garantindo que eles

sejam oferecidos com base na cidadania, e não na capacidade individual de pagar por eles (SPOSATI, 2002; MARIGOT, *et al*., 2000). Países como a Suécia e o Reino Unido implementaram esse modelo, promovendo a universalização dos direitos sociais, com destaque para a centralidade do pleno emprego e a criação de redes de segurança social. No entanto, ao longo do tempo, o Estado de Bem-Estar Social passou por tensões, especialmente com a ascensão das políticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, que priorizaram a eficiência econômica e reduziram o papel do Estado na provisão direta de serviços sociais (SPOSATI, 2002).

Na América Latina, o impacto do neoliberalismo se deu de maneira diferenciada, resultando no que Sposati (2002) denomina "regulação social tardia". Ao contrário das nações europeias, onde o Welfare State foi consolidado em meados do século XX, muitos países latino-americanos, incluindo o Brasil, começaram a estruturar políticas de proteção social apenas no final do século XX, após períodos de ditaduras militares e lutas pela redemocratização (SPOSATI *et al*., 2008; GARCÍA, 2003). No Brasil, a Constituição de 1988 marca um ponto de inflexão, ao incluir a seguridade social como direito fundamental e estabelecer um sistema público de assistência social. Contudo, a implementação de um sistema abrangente e efetivo foi um processo gradual, limitado pelas restrições orçamentárias e políticas de austeridade econômica que dominaram a década de 1990 (MARIGOT, *et al*. 2000).

Essas políticas de proteção social, ainda que reconhecidas tardiamente na América Latina, evidenciam características próprias, diferentes do Welfare State europeu. A fragmentação e a territorialização da assistência social, bem como a dependência de contextos locais, são aspectos centrais. No Brasil isso se exemplifica pelo *mix* entre desenvolvimento capitalista e os arcaicos elementos da colonização escravista e o fomento ao branqueamento da população (BEHRING; BOSCHETTI ,2009; THEODORO, 2009). Além disso, a construção de direitos sociais no Brasil tem sido uma resposta a lutas de movimentos sociais, em vez de uma iniciativa estatal centralizada, como ocorreu em muitos países do Norte Global (SPOSATI *et al*.,2008). Isso resulta em um modelo de proteção social que ainda enfrenta desafios para garantir a universalidade e a continuidade dos serviços, mas que, ao mesmo tempo, busca responder de forma mais próxima às necessidades de grupos em situação de vulnerabilidade.

No contexto brasileiro, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) traz como atribuição garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoiar indivíduos, famílias e comunidade no enfrentamento de suas dificuldades por meio de serviços, benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2004). A atuação no SUAS é materializada, dentre outras ações, por meio do Trabalho Social com Famílias (TSF), cujo objetivo é garantir a promoção, a proteção e a defesa de direitos da população, principalmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e de risco social, com foco na

autonomia, na participação social e no protagonismo dessas pessoas (TEIXEIRA, 2010). Para além das normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o TSF precisa ser norteado por um saber científico que possibilite compreender a realidade social e construir caminhos com a participação dos usuários (CARVALHO; TEIXEIRA, 2018). Essa construção, a partir de perguntas e de uma escuta que oportunize a narrativa do sujeito sobre sua realidade vivida, minimiza o risco de análises individualizantes e culpabilizantes que, por vezes, podem estar subjacentes ao comportamento-ação de quem executa o TSF.

Os objetivos específicos elencados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) perpassam a garantia de seguranças socioassistenciais, tais como: 1) seguranças de renda; 2) de sobrevivência (apoio e auxílio); 3) de autonomia; 4) de convivência; e 5) de acolhida (BRASIL, 2004). Resumidamente, a segurança de renda é a garantia para o cidadão acessar renda mínima, independentemente de limitações para o trabalho ou desemprego; a segurança de sobrevivência refere-se ao apoio e ao auxílio em situações de riscos circunstanciais; a segurança de autonomia refere-se à promoção de protagonismo, a participação e o acesso a direitos; a segurança de convivência ou convívio aborda as relações fortalecidas de sociabilidade, de reconhecimento social, troca e vivência, seja na família, seja na comunidade, bem como a prevenção de situações de isolamento e violência; já a segurança de acolhida trata da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especializada (BRASIL, 2004).

Sendo atribuição precípua da proteção social, em todos os seus níveis, fazer com que essas seguranças sejam garantidas, torna-se necessário levantar junto à família ou ao indivíduo quais potencialidades, vulnerabilidades e riscos estão presentes em seu cotidiano. Esse levantamento é um processo compartilhado entre o profissional e a família cuja autonomia se constrói na relação, em que seu "objetivo principal é identificar as fontes de dificuldades familiares, as suas possibilidades de mudanças e os recursos necessários para que consigam articular respostas compatíveis com uma melhor qualidade de vida" (MIOTO, 2010, p. 173).

No que tange aos conceitos de vulnerabilidade, risco e potencialidade abordados neste estudo, apesar da multiplicidade de definições em diversas áreas do conhecimento, optou-se pela compreensão de risco como algo que possa provocar um dano (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019; SPOSATI, 2009). O conceito de vulnerabilidade social, por sua vez, refere-se à "densidade e à intensidade de condições que portam pessoas e famílias para reagir e enfrentar um risco, ou, mesmo, de sofrer menos danos em face de um risco" (SPOSATI, 2009, p. 35). Já as potencialidades estão no campo das possibilidades de prevenção e de redução de fragilidades (SPOSATI, 2009). Esses três conceitos acontecem em uma relação sistêmica nas esferas das famílias e dos indivíduos, de seus territórios e dos

serviços que podem estar acessíveis ou não em uma comunidade. Ressalta-se que, diante de tais compreensões, os danos e as potencialidades aparecem como pistas para se vislumbrar possibilidades de agir face ao risco. Assim, busca-se dimensionar as vulnerabilidades sociais presentes na vida das famílias e dos indivíduos e, com isso, encontrar caminhos para o seu enfrentamento.

Sobre indicadores de vulnerabilidade e pobreza em uma perspectiva multidimensional, também Ouoya (2021) apresenta uma discussão fundamentada em evidências sobre a análise da pobreza, abordando sua mensuração, sua concepção sociológica, aspectos objetivos e subjetivos, além de propor estratégias para o enfrentamento de situações de risco. Ele ressalta a importância de considerar as potencialidades na vida dos indivíduos e em seus territórios, assim como os fatores que aumentam a vulnerabilidade e os riscos enfrentados pelas famílias no cotidiano. Em relação às potencialidades, destaca-se o papel das redes compostas pela família, amigos e diversos outros parceiros como um ativo essencial para a ação coletiva e a prevenção de situações de dano ocasionadas pelas variadas formas de pobreza.

Embora haja conceitos e indicadores já estabelecidos, verifica-se a ausência de instrumentos que ampliem a escuta das narrativas das famílias de forma que emerjam suas desproteções, como apontaram Coelho, Brito e Conceição (2024), em uma pesquisa com algumas profissionais do SUAS. Neste sentido, é preciso criar ferramentas e espaços para ouvir e dar visibilidade às desproteções nas suas diversas manifestações para que ações que visem aos direitos de proteção e isonomia social sejam ampliadas (SPOSATI, 2021).

Instrumentos para identificar vulnerabilidades e riscos frequentemente se concentram em temáticas específicas, como situações de violência. Fonseca *et al*. (2024) demonstraram a viabilidade do uso do instrumento World Health Organization Violence Against Women (WHO VAW) para identificar e controlar a violência contra a mulher em contextos emergenciais de saúde pública, como foi o caso da pandemia de COVID-19. Esses autores destacam a importância de ferramentas validadas para a identificação de situações de vulnerabilidade e risco social.

Existem outros estudos sobre instrumentos que identificam determinados contextos de risco, os quais são bastante relevantes em diversos campos, especialmente no âmbito da assistência social. Um exemplo disso é o estudo de Vasco *et al*. (2022), que apresenta cinco instrumentos para identificar e avaliar vulnerabilidade e risco familiar, com foco na proteção de crianças e adolescentes, mas que também sinaliza o reduzido uso de instrumentos como ferramenta de avaliação de risco no Brasil (VASCO *et al*., 2022). No campo da assistência os poucos estudos existentes se concentram em situações específicas, especialmente relacionadas à insegurança de convivência, deixando lacunas na identificação das diversas situações de desproteção relacionadas ao conjunto das seguranças garantidas

pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Além de uma base teórica sólida para a constituição de conceitos e aspectos importantes na identificação de vulnerabilidades, riscos e potencialidades presentes no cotidiano de famílias, indivíduos e seus territórios, é essencial contar com evidências e métodos que respaldem a construção e a validação de instrumentos. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Pasquali (2010), em que a elaboração de instrumentos deve seguir um conjunto rigoroso de etapas para garantir sua validade e confiabilidade. Essas etapas incluem a definição clara do construto a ser medido, a criação de itens representativos, a validação de conteúdo por especialistas e a realização de pré-testes. Esse autor afirma que "a validade de um teste é o grau em que ele mede o que se propõe a medir" e que "a confiabilidade se refere à consistência dos resultados obtidos através do instrumento" (PASQUALI, 2010).

Assim como Coluci *et al.* (2015) enfatizam a importância de um processo sistemático e criterioso na construção e na validação de instrumentos de medida. Eles sugerem que a elaboração desses instrumentos deve considerar aspectos teóricos e metodológicos rigorosos para assegurar tanto a validade quanto a confiabilidade. Coluci *et al*. (2015) propõem etapas que incluem a definição do construto, a elaboração dos itens, a avaliação por especialistas, além da realização de pré-testes e testes piloto com a população-alvo. Esse modelo visa garantir que os instrumentos desenvolvidos sejam precisos, relevantes e aplicáveis em contextos diversos, mantendo a validade de conteúdo e a equivalência semântica. Dessa forma, esses autores oferecem diretrizes fundamentais que asseguram a precisão, a confiabilidade e a aplicabilidade dos instrumentos de medida em diferentes contextos.

Além do rigor nas etapas de construção de um instrumento, é necessário considerar que a utilização desses instrumentos visa à objetivação de uma intencionalidade na produção de respostas pelos profissionais (GUERRA, 2007). Isso está alinhado com o entendimento de que os instrumentos não são neutros – conceito trazido ao campo de análise em políticas públicas pela abordagem da instrumentação (HALPERN *et al*., 2021). Essa abordagem também trata o instrumento como um veículo de inovação, o que não implica necessariamente na inovação da Política que o utiliza, mas sim na inovação instrumental (HALPERN *et al*., 2021).

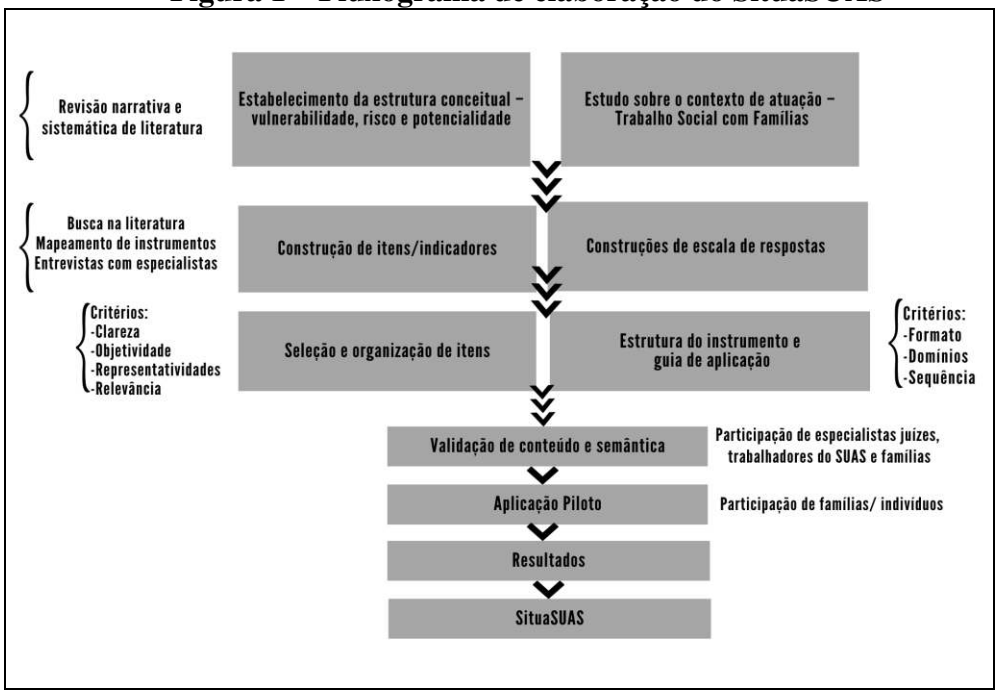
CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO SituaSUAS

Neste tópico, apresentamos as etapas da construção do instrumento SituaSUAS, que envolveu um processo de pesquisa utilizando multimétodos, sendo cada método uma lente capaz de trazer focos mais nítidos (NESBIT *et al*., 2011) para o estudo de fenômenos complexos. Os multimétodos trazem para o centro múltiplas formas de dar sentido aos fenômenos sociais, priorizando a trajetória pluralística

e a aplicação com foco na realidade social prática, incluindo métodos qualitativos e quantitativos (CRESWELL; CLARK, 2017). A apresentação por etapas é um recurso didático que facilita a compreensão dinâmica das partes da pesquisa e de como convergiram para a elaboração do instrumento.

O SituaSUAS foi desenvolvido, com base nas etapas comuns de construção de instrumentos identificadas por Coluci *et al*. (2015) e seguindo as orientações propostas por Pasquali (1998, 2009) e pela *American Psychological Association* (APA) conforme apresentados na Figura 1, a saber: estabelecimento da estrutura conceitual e definição do contexto; construção de itens, domínios e escalas de resposta; seleção e organização dos itens; validação de conteúdo e semântica; aplicação piloto do instrumento. Todos os passos para construção e teste do SituaSUAS foram realizados por meio de um processo de coprodução com trabalhadoras/es do SUAS de unidades que executam a Política Nacional de Assistência Social no Distrito Federal: Unidades da Proteção Social Básica (Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – e Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Unidade de Proteção Social Especial (Centros de Referências Especializados de Assistência Social – CREAS) e Unidade de Acolhimento para adultos, famílias e idosos.

Figura 1 – Fluxograma de elaboração do SituaSUAS



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Coluci *et al*. (2015).

Para a realização de todas as etapas, as normas de ética em pesquisa envolvendo seres humanos foram rigorosamente observadas, tendo sido obtida a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz Brasília (CAAE: 27821319.9.0000.8027). As famílias e os trabalhadores que participaram deste

estudo foram esclarecidos quanto ao objetivo da investigação e à natureza da coleta de dados. Aqueles que concordaram com a participação assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O Quadro 1 mostra uma síntese das quatro etapas de desenvolvimento do instrumento SituaSUAS.

Quadro 1 – Síntese das etapas de desenvolvimento do instrumento SituaSUAS

Etapas		Participantes	Método / instrumentos utilizados	Resultados
Estabelecimento da estrutura conceitual e definição do contexto	Definição de Trabalho Social com famílias	12 Trabalhadoras/es do SUAS	Revisão narrativa sistematizada	Relatório sobre contexto de aplicação do instrumento
	Levantamento de situações e aspectos de vulnerabilidade, risco e potencialidade, no cotidiano dos serviços socioassistenciais	57 Trabalhadoras/es	Questionário	Definição de conceitos e aspectos para subsidiar a construção de itens correspondentes a situações de vulnerabilidade, risco e potencialidade
	Conceituação dos termos: vulnerabilidade, risco e potencialidade	12 Trabalhadoras/es do SUAS	Revisão sistemática	
Construção e organização de itens e domínios	Construção e seleção de fatores correspondentes a situações de vulnerabilidade, risco e potencialidade	10 Trabalhadoras/es do SUAS	Painel colaborativo	Painel com fatores que expressam situações de vulnerabilidade, risco ou potencialidade
	Agrupamento dos itens em domínios (dança dos fatores)	10 Trabalhadoras/es do SUAS	Painel colaborativo	Painel com domínios e seus respectivos itens
	Organização, revisão dos itens e revisão de português.	4 trabalhadoras do SUAS/ grupo condutor da pesquisa e um revisor de português	Tabelas no Excel	Instrumento estruturado
	Classificação das respostas aos itens	4 trabalhadoras do SUAS/ grupo condutor da pesquisa	Fluxo por conceitos operacionais	Classificação das respostas aos itens, em risco, potencialidade ou dano
Validação de conteúdo e semântica	Validação de conteúdo	6 juízas especialistas	Formulário para análise das percepções das juízas	Prévia do Instrumento SituaSUAS para aplicação
	Validação semântica	10 Trabalhadoras/es do SUAS 12 famílias	Grupo focal Formulário aplicado pelas trabalhadoras/es para identificar a percepção das famílias (pré-teste)	Manual de aplicação do SituaSUAS
Aplicação Piloto do SituaSUAS	Aplicação do instrumento	20 aplicadores/ trabalhadoras/es do SUAS 392 famílias que responderam ao instrumento	Formação para aplicação de instrumento; Entrevista/ aplicação do SituaSUAS; Grupo focal	Análise e relatório sobre a aplicabilidade do SituaSUAS Instrumento validado

Fonte: Elaboração própria.

Estabelecimento da estrutura conceitual e definição do contexto

Para a construção da estrutura conceitual, foram realizadas três atividades envolvendo trabalhadoras/es do SUAS: revisão narrativa sistematizada sobre Trabalho Social com Famílias; aplicação de questionário para levantamento de situações e aspectos de vulnerabilidade, risco e potencialidade no cotidiano dos serviços socioassistenciais; e revisão sistemática sobre os conceitos de vulnerabilidade, risco e potencialidade, e sobre aspectos de proteção e desproteção social.

A revisão narrativa sistematizada sobre Trabalho Social com Famílias (TSF) contou com a participação de 12 trabalhadoras. O método utilizado permitiu explorar como o TSF vem sendo descrito

na literatura, identificando os contextos, as lacunas e os avanços dos próprios serviços e atuações profissionais, bem como características dos usuários do SUAS, o que, neste caso, contribuiu também para a caracterização do público alvo do instrumento. Como principais resultados da revisão sobre TSF, foram evidenciadas as seguintes orientações: compreender o território; identificar recursos da família e recursos do Estado; elaborar ações planejadas e continuadas; analisar o contexto histórico e a conjuntura macro e micro social onde a família se insere; fazer reflexões críticas sobre o contexto e os recursos disponíveis; mobilizar a rede intersetorial para o atendimento de determinadas necessidades; registrar e avaliar as ações realizadas. Tais processos compuseram um cenário para compreender o contexto de aplicação do instrumento, além de subsidiar a construção dos conceitos de Vulnerabilidade, Risco e Potencialidade no SUAS, a partir da perspectiva das situações vivenciadas pelas famílias relatadas no atendimento.

O questionário para levantamento de situações e aspectos de vulnerabilidade, risco e potencialidade relatados no cotidiano dos serviços socioassistenciais foi respondido por 57 trabalhadoras/es do SUAS. Esse levantamento visou identificar como as vulnerabilidades, os riscos e as potencialidades apresentadas pelas famílias são entendidas, e de que forma são tratadas nos atendimentos do SUAS. Os dados desse questionário demonstraram a falta de clareza sobre as definições de risco e vulnerabilidade, e até mesmo a utilização desses dois conceitos como sinônimos. Além disso, os registros apontaram que apenas 19 do total de 57 trabalhadoras(es) afirmaram utilizar algum instrumento para o atendimento/ acompanhamento e/ou para a identificação de vulnerabilidade, riscos e potencialidades de famílias, indivíduos e seus territórios.

A terceira atividade foi a revisão sistemática sobre os conceitos de vulnerabilidade, risco e potencialidade a fim de se compreender como esses descritores são conceituados na literatura. Essa revisão sistemática também possibilitou a construção de um quadro com situações e processos reveladores de desproteções e proteções sociais, os quais puderam ser categorizados com base nas seguranças afiançadas pelo SUAS. Essa etapa contou com a colaboração de 12 trabalhadoras do SUAS. Como resultado desses estudos, foram propostos entendimentos para os termos vulnerabilidade, risco e potencialidade no SUAS, estabelecendo-se a estrutura conceitual que guiou o percurso epistemológico desta pesquisa.

Conforme essa etapa de revisão, estabeleceu-se como *conceito de vulnerabilidade* a relação entre a suscetibilidade e a resposta à exposição ao risco. Esse entendimento aponta sua relação com o risco, vivenciado de maneiras diferentes por indivíduos, famílias, comunidades, territórios, conforme seus contextos sociais, históricos, culturais, políticos e econômicos. Dessarte, a vulnerabilidade é um conceito multidimensional, compreendendo uma variedade de fatores que tornam o

indivíduo/família/território mais suscetível a riscos. A *concepção de risco*, por sua vez, pôde ser definida de forma ampla como variáveis que ameaçam a condição de vida (do indivíduo, da família e da comunidade), abarcando circunstâncias que contêm potencial para a ocorrência de dano, às quais todos os membros da sociedade estariam expostos. Assim, a existência do risco independe da forma como se lida com ele. Já o *conceito de potencialidade* foi compreendido como a possibilidade de enfrentar/lidar com riscos, a partir de recursos (materiais e/ou imateriais) capazes de minimizar ou evitar a produção de dano, os quais podem estar presentes no território, na comunidade, na família, ou no indivíduo. Embora não tenha sido previsto no início da pesquisa, ao longo de sua execução, percebeu-se a necessidade de também se definir o *conceito de dano***,** que ocorre quando se identifica que a pessoa/família ou territórios tiveram a condição de vida afetada sem que dispusessem de recursos necessários para enfrentar os riscos a que foram expostos. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade pode ser considerada como resultante de todas essas condições experienciadas, as quais precisam ser conhecidas para se avaliar o grau de proteção ou desproteção das famílias, indivíduos e territórios.

Esse caminho metodológico e conceitual propiciou uma classificação das condições de vida das famílias, além de fornecer uma sustentação teórica para a construção dos itens e dos domínios que comporiam o instrumento.

Construção e organização de itens e domínios

Esta etapa teve quatro momentos. Inicialmente, 10 trabalhadoras de unidades do SUAS do Distrito Federal participaram de uma atividade on-line para a construção de um painel colaborativo com fatores que expressavam situações de vulnerabilidade, risco ou potencialidade. Em seguida, ocorreu a fase de construção de consenso, também com a participação de 10 trabalhadoras do SUAS no painel virtual, denominada “a dança dos fatores”, na qual os itens foram agrupados por similaridade, dando origem aos domínios. No terceiro momento, o painel colaborativo, já estruturado por domínios, foi transferido para uma planilha Excel e iniciou-se o processo de organização lógica, identificação de duplicidades, ajustes textuais e revisão gramatical. Ainda nessa fase, os fatores foram transformados em itens redigidos para refletir uma situação de vida em linguagem simples, contendo uma escala de resposta de escolha única ou múltipla. No quarto e último momento, houve a classificação das respostas aos itens a partir dos conceitos de risco, dano e potencialidade. Assim, chegou-se à primeira versão do instrumento denominado SituaSUAS, composto por cinco domínios: Aspectos da composição familiar, com 6 itens; Trabalho e Renda, com 13 itens; Educação com 5 itens; Acesso a políticas públicas, com 16 itens; e Convivência, com 24 itens.

O Quadro 2 traz os domínios com suas definições constitutivas e exemplos de itens que compuseram esses domínios.

Quadro 2 – Definição dos domínios e exemplos de itens que compõem o SituaSUAS

Domínio	Definição	Exemplo de item e escalas de resposta
Aspectos da composição familiar	São identificadas características dos membros que compõem uma unidade familiar. São considerados aspectos como: idade, gênero, etapa do ciclo de vida, nível de dependência, situação de saúde, identidades, vivências de migração. Destaca-se que a ausência ou presença de crianças, adolescentes, idosos, cuidadores, pessoas dependentes e grávidas na composição familiar pode influenciar a proteção ou desproteção do indivíduo/família.	Quais os itens que caracterizam você e os membros da sua família? (considerar como família pessoas que residem no mesmo domicílio) a) mulheres; b) homens; c) crianças de 0 a 6 anos; d) crianças de 7 a 11 anos; e) adolescentes e 12 a 17 anos; f) idosos; g) pessoas adultas gestantes; h) adolescentes gestantes; i) pessoas com deficiência; j) lésbicas, gays, bissexuais, travestis (LGBTQIA+); k) pessoas negras; l) pessoas quilombolas; m) pessoas indígenas; n) pessoas migrantes estrangeiras. Você ou alguém da sua família fica sobrecarregada/o por cuidar constantemente de: a) criança e/ou adolescente; b) pessoa com deficiência; c) pessoa idosa; d) pessoa com outro comprometimento e) nenhuma das alternativas anteriores.
Trabalho e renda	É identificado se há trabalho, quem é o provedor, o tipo de vínculo e as condições trabalhistas. Observa-se o exercício laboral com base na condição de saúde, no gênero e na idade do trabalhador. Considera-se renda qualquer tipo de recurso, complemento ou ganho (ordinário ou extraordinário), que possa ser destinado a aquisição de bens ou serviços para satisfação das necessidades do indivíduo ou família.	A(o) principal responsável pela renda e sustento da família é: a) Adulta(o); b) Adolescente (12 a 17 anos); c) Idosa(o) d) Nenhuma das alternativas anteriores Sobre as atividades domésticas: a) a pessoa que realiza atividades de cuidado com a própria casa (limpar, fazer comida, lavar roupa) também exerce atividade remunerada; b) existe divisão das atividades domésticas entre os membros que moram na casa para que ninguém fique sobrecarregado; c) existe pessoa sobrecarregada com as atividades domésticas; d) nenhuma das alternativas anteriores Caso você ou alguém da sua família esteja procurando emprego: a) já trabalhou formalmente (carteira de trabalho assinada, contrato, bolsa de estudo/pesquisa, concursado, estágio, aprendiz; b) não consegue emprego há mais de 1 ano; c) tem recursos para continuar procurando emprego (passagem/transporte, telefone para acessar informações, vestimenta); d) não há pessoa procurando emprego; e) nenhuma das alternativas anteriores.
Educação	Identifica-se o nível de escolaridade, tanto da educação regular quanto na profissional, dos membros da família. Também é registrada a presença de analfabetismo e evasão/abandono escolar, a caracterização do envolvimento da família com atividades escolares e as relações estabelecidas na escola (se há vivência de *bullying*, o apreço pelo ambiente escolar, etc.)	Em relação à vivência escolar, a criança/adolescente: a) participa de atividades extracurriculares (festivais, gincanas, feiras de ciências, música, teatro, esporte); b) tem boa convivência com colegas e professores; c) costuma se envolver em algum conflito verbal (com colegas, professores); d) costuma faltar aulas; e) sofre *bullying* (intimidação, humilhação física ou psicológica repetitiva); f) costuma brigar na escola (apanhar ou bater); g) nenhuma das alternativas anteriores.
Acesso a políticas públicas	São identificadas necessidades, barreiras e meios encontrados para acessar os serviços/programas/benefícios ofertados pelas políticas públicas, em especial, as de trabalho e renda, saúde, educação, segurança alimentar, infraestrutura urbana e assistência social.	Você ou alguém da sua família já deixou de ser atendida(o) em algum serviço público (assistência social/consulta/exames/escola ou outros) em função: a) da documentação exigida; b) do horário de funcionamento; c) de dificuldades relacionadas ao transporte (falta de transporte, dificuldade para pagar o transporte, etc.); d) da demora em ser atendido; e) da ausência do profissional necessário; de sentir vergonha ou receio de ser julgada/o; e ser tratada(o) de forma rude ou grosseira; f) de algum outro motivo não citado nas questões anteriores. g) nenhuma das alternativas anteriores
Convivência	São identificadas as relações estabelecidas na família e na comunidade. Destaca-se a qualidade dessas relações no sentido de que podem trazer proteção ou desproteção de diferentes naturezas para o indivíduo, o grupo familiar e a comunidade.	Na maioria das vezes, em momentos de desentendimento, sua família costuma: a) resolver problemas conversando; b) brigar verbalmente; c) fazer ameaças uns aos outros; d) brigar fisicamente; e) romper relações; f) nenhuma das alternativas anteriores. Quais destas situações acontecem entre os membros da sua família? a) conseguem ter momentos de diversão/lazer juntos; b) conseguem ter momentos para conversar (falam sobre a criação dos filhos, comentam sobre o dia a dia e notícias); c) conseguem sair para passear juntos; d) costumam fazer planos para o futuro; e) conseguem se apoiar e/ou se respeitar, mesmo quando alguém da família toma decisões que os demais não concordam; f) conversam sobre suas decisões, crenças e valores; g)alguém se sente sozinho; h) alguém costuma se sentir humilhado; i) alguém se sente excluído da própria família; j) existe discriminação por questão racial, sexual ou de gênero; k) alguém faz uso de álcool e outras drogas; l)nenhuma das alternativas anteriores.

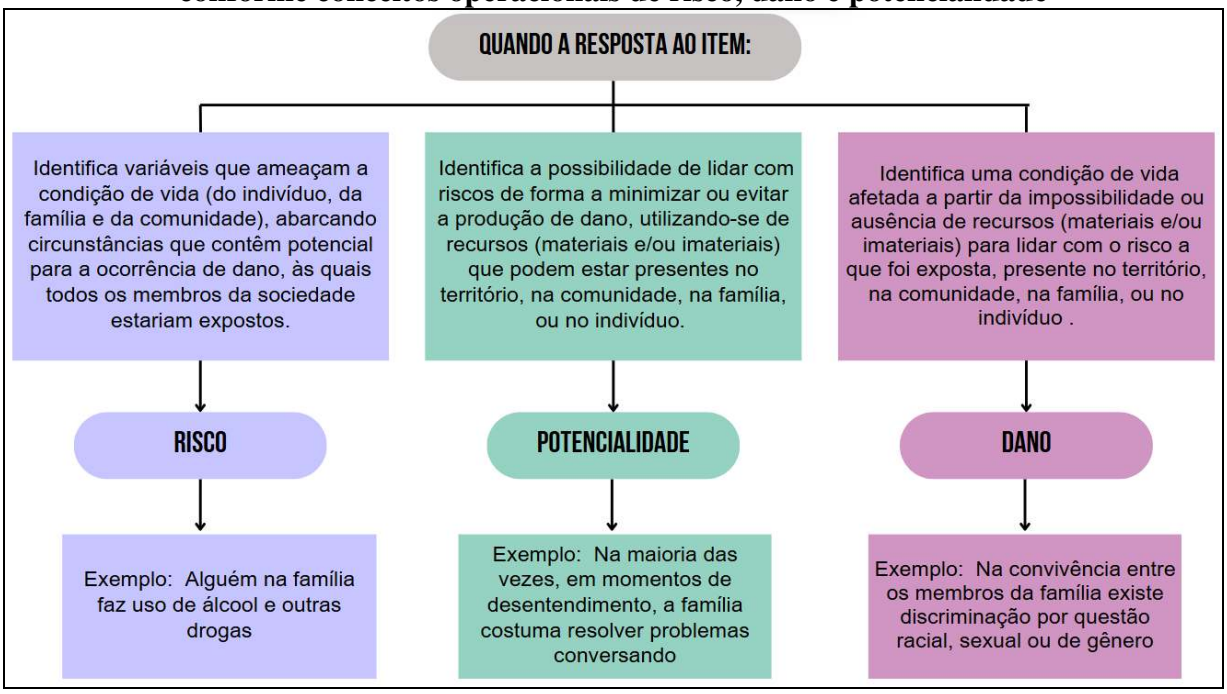
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à classificação das respostas, é importante salientar que, apesar do agrupamento dos itens em domínios, é a análise conjunta dos fatores de risco, de potencialidade e de dano que permite captar o grau de proteção ou desproteção. Por exemplo: itens assinalados no domínio "Aspectos da composição familiar" podem indicar maior ou menor desproteção para a avaliação de risco no domínio "Convivência".

A classificação nos mostra a quantidade de respostas conforme os conceitos operacionais de risco, dano e potencialidade. Assim, o SituaSUAS é um instrumento com potencial para captar situações de proteção ou desproteção, ou seja, a vulnerabilidade das famílias, indivíduos e territórios. A partir da classificação realizada conforme cada resposta ao item, os resultados são traduzidos em um relatório qualitativo que reflete a situação de risco, potencialidade ou dano, conforme as marcações feitas no instrumento durante a entrevista. Por exemplo, se a marcação de um determinado item relacionado à sobrecarga no cuidado indicar um dano sofrido, ao final da aplicação, é gerado um relatório qualitativo informando haver alguém sobrecarregado pelo cuidado de outra pessoa e que essa sobrecarga impede a realização de outras atividades não relacionadas à pessoa cuidada. Essas informações são sistematizadas pelo próprio instrumento que gera esse relatório qualitativo que pode servir como um guia para orientar o TSF.

A Figura 2 nos mostra exemplos de respostas ao item e sua classificação

Figura 2 – Classificação dos itens do instrumento, conforme conceitos operacionais de risco, dano e potencialidade



Fonte: Elaboração própria.

Validação de conteúdo e semântica

Após a construção e a organização dos itens, foi realizada uma análise de conteúdo com a participação de seis juízas, profissionais especialistas na temática e vinculadas ao contexto de ensino e pesquisa. Dessas, três eram assistentes sociais e três psicólogas, sendo que três delas também atuavam em unidades do SUAS. Cada juíza recebeu um formulário contendo todos os itens do instrumento para avaliação individual. A análise de conteúdo consistiu em verificar a adequação dos domínios, itens e escala de respostas, avaliando se o conceito de cada domínio era atendido pelos itens correspondentes, se o conteúdo estava claro e se era representativo e pertinente para o público participante. Quanto à análise de cada item e escalas de resposta, foram avaliadas a clareza (redação dos itens), a pertinência e a representatividade (se atingiam as intencionalidades a que se propunham) (COLUCI *et al*., 2015). Para garantir maior abrangência nas respostas, tanto na validade dos domínios quanto na dos itens, utilizou-se o cálculo do Índice de Validade de Conteúdo (IVC) (COLUCI *et al*., 2015).

Além disso, na análise do conteúdo dos itens, havia um campo para avaliação qualitativa visando captar as principais percepções, mudanças sugeridas e outros aspectos levantados pelas juízas. Para cada item, foram apresentadas duas questões abertas: 1 – caso o item precise de uma nova redação, deixe sua sugestão; 2 – marque um X e justifique caso o item precise ser excluído.

A validação de conteúdo apontou que os domínios se mostraram adequados e abrangentes, conforme os itens que os representavam, e que não houve porcentagem de concordância abaixo de 0,8 em nenhum dos domínios. O título do instrumento, a escala de resposta e as instruções para a aplicação do instrumento também foram avaliados pelas juízas como claros ou muito claros. Todas as avaliações qualitativas foram analisadas e as alterações sugeridas pelas juízas foram realizadas. Quanto à clareza e à representatividade, os itens com avaliação entre 1 e 2 foram revisados conforme as sugestões. O Quadro 3, disposto na página seguinte, apresenta os principais itens modificados.

Após a validação de conteúdo feita pelas juízas, a validação semântica foi realizada com o objetivo verificar se todos os itens eram compreensíveis para a população-alvo. Essa etapa foi realizada com a participação de 10 trabalhadores(as), entre eles(as) profissionais de nível médio e superior, que atuavam nas unidades socioassistenciais das proteções sociais básica e de média complexidade. Os(as) trabalhadores(as) aplicaram o instrumento a 12 famílias durante o atendimento nas unidades onde trabalhavam. Posteriormente, esses trabalhadores(as) reuniram-se em um grupo focal para compartilhar o que foi observado sobre cada item.

Quadro 3 – principais mudanças em itens sugeridas pela análise de juízas

Domínio	Item original	Item modificado
Trabalho e Renda	Qual é a renda da família? a) até 550,00; b) de 550,01 a 1.100,00; c) de 1.100,01 a 3.300,00; d) de 3.300,01 a 5.500,00; e e) acima de 5.500,00.	Qual é a renda mensal da família/indivíduo (salário, aposentadoria, pagamento por serviços, qualquer quantia em dinheiro recebida todo mês)? (desconsiderar o valor de benefícios sociais e de transferência de renda): a) de R$0,00 a R$89,00 (extrema pobreza); b) de R$89,01 a R$178,00 (pobreza); c) de R$178,01 a R$566,00; d) de R$566,01 a R$1.212,00; e) acima de R$1.212,01;
Convivência	Na sua família, já houve atendimento por situação de violência contra: a) mulher; b) idoso; c) criança e/ou adolescente; d) pessoa com deficiência.	Na sua família, já aconteceu alguma situação de violência ou atendimento/denúncia por situação de violência contra: a) mulher; b) idoso; c) criança e/ou adolescente; d) lésbicas, gays, bissexuais, travestis (LGBTQIA+); e) pessoa com deficiência.
Aspectos da composição familiar	Na sua casa há: a) mulheres? b) crianças de 0 a 6 anos? c) crianças/adolescentes? d) idosos? e) adolescente gestante? f) pessoas com deficiência? g) pessoas LGBTQIa+? h) pessoas com problema de saúde mental? i) pessoas negras?	Quais itens caracterizam você e os membros da sua família? (considerar família como pessoas que residem no mesmo domicílio) a) mulheres; b) crianças de 0 a 6 anos; c) criança de 7 a 11; d) adolescente de 12 a 17; e) idosos; f) pessoa adulta gestante; g) adolescente gestante; h) pessoas com deficiência; i) pessoas LGBTQIa+; j) pessoas com problema de saúde mental; k) pessoas negras; l) pessoas quilombolas; m) pessoas indígenas; n) pessoas migrantes estrangeiras.
Acesso a políticas públicas	Quando você ou alguém da família precisa de atendimento na assistência social: a) sabe aonde ir? b) sabe o que fazer para ser atendido? c) sabe como tirar dúvidas ou fazer reclamações? d) consegue ser atendido?	Na maioria das vezes, quando você ou alguém da sua família precisa acessar serviços de atendimento na assistência social: a) sabe aonde ir; b) sabe o que fazer para ser atendida(o) (quais documentos levar, se tem que agendar, etc.); c) sabe como tirar dúvidas ou fazer reclamações; d) tem dificuldades em ser atendida(o); e) consegue ser atendida(o); f) caso consiga ser atendida(o), sua necessidade é resolvida com o atendimento.

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Os valores de renda são modificados conforme ajustes do valor do salário mínimo e corte de renda para acesso ao programa de transferência de renda Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). O valor da tabela refere-se ao ano de 2022, momento em que os dados estavam sendo coletados

Dentre as observações, destacam-se: algumas famílias não entenderam o que significa a sigla LGBT; alguns trabalhadores(as) tiveram dúvidas sobre o que era considerado como trabalho (doméstico, informal, etc.) e se os benefícios recebidos eram ou não considerados renda; algumas questões precisaram ser lidas na forma direta, e não como estavam redigidas no instrumento; houve perguntas que as famílias não souberam responder. Considerando que se tratava de um pré-teste do instrumento, alguns itens passaram por pequenas adequações na redação e/ou receberam explicações ou exemplos adicionais. Além das adequações resultantes da validação semântica, foi considerado indispensável realizar processos de educação permanente e formativos para um melhor uso do instrumento pelos profissionais. Nesse sentido, paralelamente à finalização do instrumento foi desenvolvido o Manual de aplicação do SituaSUAS que pode ser utilizado nos processos formativos. O manual, com o instrumento, pode ser visto na íntegra por meio do QR code:

Figura 3 – QR Code



Fonte: Elaboração própria.

Aplicação Piloto do SituaSUAS

Nesta última etapa do desenvolvimento do instrumento, foi realizada uma aplicação como teste piloto do SituaSUAS na qual participaram 20 trabalhadoras(es) do SUAS do Distrito Federal na qualidade de aplicadoras(es), sendo dois homens e 18 mulheres. Das(os) 20 aplicadoras(es), quatro atuavam no serviço de convivência, sendo duas psicólogas e duas assistentes sociais; sete atuavam no CRAS, sendo dois psicólogos e cinco assistentes sociais; cinco no CREAS, sendo quatro agentes sociais (profissionais de nível médio) e uma assistente social; e quatro em acolhimento institucional, sendo uma psicóloga e três assistentes sociais.

Para que as(os) profissionais aplicassem o instrumento em seu contexto de trabalho, foi realizado um processo formativo, em que foram abordados temas como: TSF, conceituação de vulnerabilidade, risco, potencialidade e dano, além de reflexões sobre aspectos éticos e manejo adequado ao tratar de temas sensíveis e orientação sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi respondido tanto pelos trabalhadores como pelas famílias. Assim, foram aplicados um total de 392 questionários, respondidos por famílias e/ou indivíduos atendidos(as) ou acompanhados(as) pelos serviços onde esses profissionais atuavam.

Após o teste piloto do instrumento SituaSUAS, foi realizado um grupo focal com as/os aplicadoras(es) para o compartilhamento das experiências e análise da aplicabilidade do instrumento. O resultado com uma discussão sobre a aplicação piloto e a finalização do desenvolvimento do SituaSUAS pode ser visto na seção seguinte

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado da análise de aplicabilidade do instrumento, a partir da percepção das(os) aplicadoras(es), foram identificados facilitadores (fortalezas e oportunidades) e barreiras (fraquezas e ameaças) para seu uso, que serão apresentados abaixo por meio da síntese visual de análise SWOT. Apesar de a análise SWOT ser conhecida como mera matriz 2x2, sua construção aqui (Figura 4), foi balizada pela perspectiva contida em suas raízes geradoras, como uma ferramenta estratégica aos processos de análise de contexto apresentando importantes observações a serem consideradas, neste caso, na utilização do instrumento (PUYT, 2023). A sigla é originada dos termos em inglês: strengths, weaknesses, opportunities e threats; no Brasil, reconhecida também, como "Análise FOFA", em que se relacionam forças/fraquezas, oportunidades/ameaças.

Figura 4 – Síntese visual de análise SWOT do SituaSUAS



Fonte: Elaboração própria

A partir dessa análise, considerando que fatores externos à aplicação do instrumento, como a falta de formação adequada e a alta demanda, podem comprometer seu uso eficaz, torna-se fundamental

a capacitação dos profissionais que atuam no atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos, bem como a gestão do processo de trabalho e da demanda para que a aplicação possa acontecer de forma adequada. Esses fatores, somados à complexidade e à quantidade de itens presentes no instrumento – um fator interno –, também podem se configurar como barreiras para sua aplicação. Nesse contexto, é possível que a implementação do instrumento ocorra de forma escalonada, sendo realizada em diferentes momentos e dividida por domínios.

Como facilitadores, destacam-se fatores intrínsecos à aplicação, tais como a ampliação do diálogo, que permite o conhecimento mais aprofundado da história de vida das pessoas atendidas, destacados como fortalezas. Isso contribui para uma melhor identificação de situações de vulnerabilidade, risco e potencialidades. Por fim, um fator externo relevante ao próprio instrumento é o fortalecimento dos vínculos entre os usuários do SUAS e os serviços, que se torna um meio para promover maior segurança de acolhida. Esses dados corroboram com os resultados da pesquisa de Coelho, Brito e Conceição (2024) na qual levantou-se a necessidade de instrumentos que ampliassem o vínculo e a escuta de novas narrativas para além de demandas isoladas trazidas pelas pessoas atendidas no SUAS.

Para além dos resultados relacionados à percepção dos trabalhadores, sintetizados na matriz SWOT, a aplicação piloto permitiu a análise de 392 questionários, respondidos por famílias atendidas pelo SUAS no Distrito Federal. Nesse sentido, os resultados apresentados neste estudo têm o objetivo de demonstrar a sensibilidade do instrumento na identificação de situações de vulnerabilidade, risco e potencialidade das famílias. Não se trata, portanto, de um estudo sobre as famílias submetidas à pesquisa, mas de demonstrar o que o instrumento desenvolvido foi capaz de captar acerca das situações vivenciadas pelos participantes da amostra.

Primeiramente, o instrumento identifica a composição familiar, revelando aspectos que precisam ser sinalizados tanto na perspectiva da unidade familiar quanto na territorial. A aplicação piloto foi capaz de captar situações importantes da composição familiar que já sinalizam riscos de desproteção. Em relação aos aspectos da composição familiar, 322 (82,1%) das famílias possuíam um ou mais membros nas seguintes condições: incapacidade para o trabalho (101; 25,8%), desemprego (249; 63,5%) e/ou doença crônica, grave ou degenerativa, deficiência ou transtorno mental (146; 37,2%). Na maioria das famílias (292; 74,5%) havia pelo menos uma mulher adulta, enquanto em apenas 180 (45,9%) havia ao menos um homem adulto. Além disso, 235 (59,9%) das famílias tinham pelo menos uma criança ou adolescente até 17 anos, 83 (21,1%) tinham idosos, e 41 (10,4%) possuíam pessoas com deficiência. Também foram informadas as seguintes composições familiares: pessoas negras (115; 29,3%), pessoas LGBTQIA+ (17; 4,3%) e indígenas (11; 2,8%).

Os resultados apresentados a seguir representam apenas um retrato das situações das famílias e dos indivíduos que participaram da aplicação piloto em um determinado momento de suas vidas. Esses dados podem mudar com o tempo e em diferentes contextos uma vez que riscos, vulnerabilidades e potencialidades são fatores multifacetados que sistemicamente modificam suas expressões, à medida que ocorrem mudanças históricas, sociais e econômicas (MUSIAL, MARCOLINO-GALLI, 2019; SPOSATI, 2009). Por essa razão, enfatizamos que os dados e correlações apresentados não conferem causalidade e não devem ser interpretados como situações cristalizadas, sem considerar a necessidade de uma continuidade na aplicação do instrumento para validação.

Os resultados revelam dados importantes das famílias participantes da amostra, mostrando que 73% a 75% das famílias monoparentais ficam impedidas de realizar outras atividades que não as de cuidado. Esse dado cai para 33% quando há homens e mulheres adultos na composição familiar. Aqui vemos o peso do trabalho doméstico invisível e não remunerado para o qual principalmente as mulheres encontram pouco apoio (FEDERICINI, 2019; GARCIA, MARCONDES, 2022; JENNIFER *et al*, 2022). A segurança de autonomia prevista na PNAS fica reduzida ao acesso às Políticas de Transferência de Renda, ao invés de acolhida em políticas diversas à que a família tem direito, como educação (creche), trabalho, entre outras.

Além disso, 16 famílias revelaram vivenciar situação de trabalho infantil, quatro possuem também registro de trabalho como ambulantes. Ainda que 16 possa representar um número pequeno (7%) diante das 235 famílias que possuem crianças e adolescentes em sua composição familiar, é um dado importante para que se verifiquem as possíveis intersecções entre as diversas violações de direitos que podem ser vivenciadas pelas famílias. Uma hipótese bem provável é que, a depender do trabalho, esse trabalhador leve suas crianças consigo, seja porque não tem com quem deixar, seja porque entende que esse filho precisa aprender um ofício. Independentemente da razão, o trabalho infantil é uma das violações mais nocivas para o desenvolvimento saudável da criança (LEIRIA, 2017) e entender sua dinâmica na vida das famílias e no território é essencial para garantia do direito e proteção de todos.

A análise acima é uma pequena amostra das possibilidades interpretativas geradas a partir dos dados de aplicação do instrumento, que demonstra sua capacidade de identificação e, também, do potencial de utilização dos dados para o monitoramento e avaliação de políticas públicas, em especial, para Assistências Social, como possibilitador de realizações concretas da vigilância socioassistencial.

Ainda nesta lógica, foram realizadas as médias simples, o desvio padrão e a variância das marcações dos itens de risco, por domínio, do total da amostra (Tabela 1) e, posteriormente, por nível de proteção do serviço ao qual a família estava vinculada no momento do preenchimento do instrumento (Tabela 2). Para essa análise, produzimos uma transformação linear dos domínios a fim de facilitar a

comparação entre eles uma vez que cada um deles é constituído por quantidades diferentes de itens. Não é possível dar peso igual para domínios com números discrepantes de itens. Dessa forma, utilizamos a seguinte equação para a produção dos escores padronizados:

Média padronizada = (média da dimensão/número de itens da dimensão) X 10

Tabela 1 – Médias e desvios padrões para as marcações finais dos itens/fatores de risco do SituaSUAS (N = 392)

Domínio	Média	Desvio padrão
Aspectos da composição familiar	1,60	1,89
Trabalho e renda	5,71	1,71
Educação	6,96	2,65
Acesso a políticas públicas	2,26	1,99
Convivência	14,39	5,47

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Análise de variância entre as dimensões do SituaSUAS e a complexidade do serviço de atendimento (n = 392)

Dimensões	Complexidade do serviço			F
	Básica M (DP)	Média M (DP)	Alta M (DP)	
Educação	5,68 (2,17)	7,00 (2,54)	7,49 (2,23)	21,57**
Trabalho e renda	5,45 (1,69)	5,79 (1,61)	6,41 (1,72)	8,26**
Convivência	4,75 (1,86)	6,69 (1,90)	6,80 (1,78)	54,57**
Acesso à Políticas Públicas	3,17 (1,51)	3,49 (1,93)	3,61 (2,06)	2,25
Composição familiar	2,32 (1,96)	1,35 (1,48)	2,41 (1,71)	12,35**

Fonte: Elaboração própria.
Nota: ** p < 0,0001.

Se considerarmos que a complexidade do serviço está associada à vulnerabilidade social das pessoas e famílias atendidas, tais resultados indicam que o SituaSUAS apresenta sensibilidade para diferenciar grupos com diferentes níveis de risco. Tal suposição é plenamente factível uma vez que quanto maior a complexidade do serviço, maior será a necessidade de proteção do indivíduo/família.

Nesse sentido, encontramos diferenças significativas nas médias de marcações das respostas que identificam risco em quatro dos cinco domínios no que se refere à complexidade do serviço de atendimento (Tabela 3). Os atendimentos que ocorreram em serviços de proteção social básica apresentaram médias de marcação de risco significativamente menores nos domínios *Educação*, *Trabalho e Renda* e *Convivência* que aqueles que ocorreram em serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Além disso, houve diferença significativa entre os grupos da proteção social de média complexidade quando comparados aos da básica e da alta complexidade no domínio *Composição Familiar*. Já os atendimentos que ocorreram em serviços de alta complexidade apresentaram maior

marcação de situações de risco nos domínios *Composição Familiar*, *Trabalho e Renda* e *Convivência* em relação aos atendimentos nos serviços de básica e média complexidade.

Pessoas e famílias atendidas em serviços de média complexidade também apresentaram menor marcação de risco na *Composição Familiar* e maior marcação no domínio *Convivência* que pessoas e famílias atendidas em serviços de proteção social básica. Não houve diferença significativa entre as médias da dimensão *Acesso a Políticas Públicas* em relação à complexidade do serviço de atendimento.

Os resultados da análise de variância (Tabela 2) indicam que, com exceção do Acesso a Políticas Públicas, todos os outros domínios do SituaSUAS (Educação, Trabalho e Renda, Convivência e Composição Familiar) apresentam diferenças estatisticamente significativas com os níveis de complexidade do serviço de atendimento. Esses achados sugerem que a complexidade do serviço está associada a variações nos domínios analisados, com uma tendência de aumento nas marcações de situações de risco nas dimensões de Educação, Trabalho e Renda, e Convivência à medida que a complexidade do serviço aumenta.

Tabela 3 – Médias e desvios padrão e correlações entre os domínios (N = 392)

Dimensões	Média (DP)*	E	TR	Cvv	PP
Educação (E)	6,33 (2,40)	-			
Trabalho e renda (TR)	5,71 (1,71)	0,22**	-		
Convivência (Cvv)	5,61 (2,10)	0,58**	0,31**	-	
Acesso à Políticas Públicas (PP)	3,33 (1,73)	0,14**	0,21**	0,20**	-
Composição familiar (CF)	2,10 (1,78)	-0,08	0,05	-0,21**	0,05

Fonte: Elaboração própria.
Nota: *DP = Desvio Padrão; ** p < 0,001.

No que se refere à amostra analisada, os domínios educação e convivência estavam moderadamente correlacionados, evidenciando que quanto maior o risco educacional, maior o risco de convivência. No entanto, não se pode afirmar que um risco incide no aumento do outro ou se eles aumentam pelos mesmos motivos. Seguindo a mesma lógica, o domínio convivência também apresentou correlações, porém fracas, com os demais domínios e negativa com composição familiar. Já o domínio trabalho e renda correlacionou-se com educação e acesso a políticas públicas, tais correlações também foram fracas (Tabela 3).

Dessa forma, observa-se que o domínio educação, assim como a convivência, apresenta correlação com os outros domínios, ainda que não possamos estabelecer relações de causalidade entre eles. De todo modo, a literatura aponta que a condição de vida de famílias em vulnerabilidade social tem relação com bem-estar, saúde mental e a participação escolar das crianças e adolescentes, conforme observado no estudo de Souza *et al*. (2019). Assim, ressalta-se a importância da identificação de fatores

tanto ligados à convivência, quanto à educação para compreender a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias, assim como, intervenções possíveis.

Os resultados apontados pela aplicação piloto nos mostram a ampliação do conhecimento da realidade social das pessoas atendidas no SUAS. Assim, a identificação das vulnerabilidades, riscos e das potências na vida dos sujeitos e de seus territórios de vivência, podem contribuir para intervenções mais precisas construídas de forma conjunta com os usuários (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019). É importante ressaltar que as correlações apresentadas nas Tabelas 2 e 3 nos mostram o aumento de risco em perfis de pessoas que estão mais propensas a enfrentar desproteções sociais ou mesmo aquelas que estão sendo atendidas em serviços com níveis de maior proteção (CREAS e unidade de acolhimento). Todavia, tendo em vista a multiplicidade de fatores que envolve o conceito de vulnerabilidade (MUSIAL, MARCOLINO-GALLI, 2019), é relevante considerar a análise qualitativa de cada situação quando se trata do atendimento de famílias e indivíduos para além dos resultados numéricos.

Nesse sentido, a aplicação do SituaSUAS possibilita a geração de um relatório qualitativo com os principais aspectos que denotam risco, potencialidade ou dano para a vida das pessoas. Essa ferramenta dá visibilidade às desproteções vividas, materiais e imateriais, e também coloca em destaque aquilo que é potente na vida do sujeito, permitindo um diálogo sobre possibilidade de intervenção para garantia de direitos e fortalecimento da cidadania (SPOSATI, 2020). Ou seja, possibilita um cuidado de olhar para além dos índices estabelecidos no instrumento, uma vez que o relatório qualitativo pode dar conta de ilustrar especificidades, muitas vezes, invisibilizadas nos instrumentos convencionais.

Além disso, os resultados da aplicação piloto nos apontaram que o SituaSUAS tem o potencial de gerar dados a longo prazo que possam caracterizar a população atendida em determinado serviço, trazendo a possibilidade de uso para uma vigilância socioassistencial. Tem sido corrente o uso de uma diversidade de instrumentos que propõem mensurar vulnerabilidade social por meio de índices (MAH *et al*.,2023). No entanto, Spielman, *et al*. (2020), e seu artigo sobre avaliação de indicadores de vulnerabilidade social, chama atenção para o cuidado necessário para a utilização de instrumentos que tenham indicadores únicos para medir a vulnerabilidade social de um lugar. O SituaSUAS traz uma possibilidade diferente para o olhar coletivo a partir das especificidades de cada pessoa atendida em um serviço na comunidade em que vive. Essa perspectiva pode ser uma inovação instrumental (HALPERN *et al*., 2021) no sentido de trazer uma síntese coletiva das principais situações de risco, danos e potencialidades de famílias e indivíduos atendidos pelo SUAS em determinado território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar a construção e validação de um instrumento – SituaSUAS – para identificar vulnerabilidade, risco e potencialidades de famílias atendidas pelo SUAS. Entendemos que tentar dar objetividade para aspectos tão subjetivos e multifacetados e tão influenciados por conjunturas que extrapolam a nossa atuação seria um desafio. Todavia, a partir de uma perspectiva focada em um modelo de construção conjunta com quem atua no cotidiano do trabalho social com famílias, o SituaSUAS se mostrou capaz de identificar situações complexas que demarcam a expressão da vulnerabilidade, do risco social e das potencialidades das famílias, considerando aspectos relacionados às dimensões macro e microssociais que as afetam.

Em uma avaliação geral, profissionais relataram que o SituaSUAS contribuiu para expandir sua compreensão sobre o contexto vivido pelas famílias atendidas. Assim, alguns relatos dos aplicadores abordam o enriquecimento do olhar sobre as interações entre os processos de proteção e de desproteção que as famílias/indivíduos vivenciam em seus territórios.

O instrumento SituaSUAS permite visualizar questões além das focadas nas situações vivenciadas pelas famílias. Ele nos possibilita enxergar como uma família percebe o território onde vive, que acessos são possíveis a ela e como se relaciona com as diversas redes com as quais mantêm contato. Para além de ser um instrumento de mapeamento de riscos, danos e potencialidades, o SituaSUAS mostrou-se uma ferramenta poderosa para propiciar o vínculo de confiança entre o trabalhador que aplica e a família/indivíduo que responde porque inclui aspectos de âmbito coletivo e do território, como, por exemplo, a dificuldade de acesso a outras políticas públicas e questões relacionadas à convivência e ao sentimento de pertencimento à comunidade onde vive.

Apesar disso, percebe-se a necessidade de que estudos como este não sejam um fim, mas um processo para compreensão de uma realidade tão desigual e dinâmica como é a brasileira. Ousamos afirmar que o processo vivenciado para construção do SituaSUAS nos possibilitou muito mais do que a produção de um instrumento: levou-nos à identificação de nossas vulnerabilidades, potencialidades e riscos enquanto pesquisadoras e trabalhadoras nesse sistema ainda tão novo em nosso país e, além disso, possibilitou-nos a construção de laços e pontes que nos ancoraram durante todo o processo.

Identificamos, ainda, que o SituaSUAS, por abranger situações diversas da vida das pessoas, traz aspectos importantes para outros contextos de atendimentos como, por exemplo, a política de saúde e educação. Assim, trata-se de um instrumento que pode ser utilizado por trabalhadores da assistência social e/ou de outras políticas sociais no atendimento e/ou acompanhamento de famílias. Destaca-se, ainda, o domínio da convivência desenvolvido neste estudo e traduzido no SituaSUAS, o qual mostrou-

se um diferencial para o alcance de espaços antes não explorados pelos trabalhadores e pelas famílias atendidas no SUAS, possibilitando, assim, um real fortalecimento de vínculos entre os atores desse Sistema.

É importante ressaltar que a base amostral utilizada no pré-teste e no piloto, apesar de ter lócus nos serviços do SUAS, foi demarcada por um conjunto de características socioterritoriais específicas. Portanto, é preciso considerar possíveis adaptações para uma aplicação nacional ou em contextos socioterritoriais e culturais muito discrepantes das características da amostra utilizada. Diante dessas limitações, é imprescindível que futuros estudos não apenas aprofundem a análise dos dados gerados, explorando predições e possíveis causalidades, mas também ampliem a base amostral, considerando a diversidade sociocultural e territorial do Brasil. Essas adaptações são fundamentais para o instrumento poder alcançar maior representatividade e validade em sua aplicação, contribuindo de forma mais eficaz para o aprimoramento das políticas públicas e para a melhoria da oferta de serviços no SUAS e outros contextos sociais.

Além disso, o processo de aplicação do SituaSUAS deve estar atrelado a uma trilha de educação permanente. O caminho percorrido para a elaboração do instrumento foi, em si, um processo formativo, de entendimento de conceitos e de alinhamento de referências, com o objetivo de balizar a atuação dos trabalhadores que participaram. Esse diálogo entre a construção e a formação, foi fundamental para a qualificação do atendimento

Destaca-se, por fim, que a gestão dos dados a partir de novas aplicações do instrumento SituaSUAS possui o potencial de verificar mudanças nos fatores de risco, vulnerabilidade e potencialidades, orientando o planejamento e a execução de políticas públicas, apontando caminhos para o aprimoramento na oferta de serviços. Esse instrumento também pode ser utilizado para avaliações de impacto na implementação e execução de políticas e programas que tenham em seu escopo o objetivo de alcançar os fatores e/ou dimensões contempladas. Dessarte, as informações geradas podem subsidiar análises e modulações por áreas, como a sociometria e a econometria aplicada à análise e ao monitoramento de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

BOFF, R. A.; CABRAL, S. M. “Vulnerabilidade socioeconômica: desigualdade social, exclusão e pobreza no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 10/05/2024.

CARVALHO, P. O.; TEIXEIRA, S. M. "O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social". **Revista em Pauta**, vol. 16, n. 42, 2018.

CHANCEL, L. *et al*. (coords.). "World Inequality Report 2022". **World Inequality Report** [2022]. Disponível em: <www.wir2022.wid.world>. Acesso em: 10/05/2024.

COELHO, A. C. F.; BRITO, D. S.; CONCEIÇÃO, M. I. G. "Desproteções relacionais – percepções e atuações de profissionais do SUAS com foco em convivências protetivas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 49, 2024.

COELHO, A. C. F.; CONCEIÇÃO, M. I. G. "Processos de desproteção e de proteção de crianças, adolescentes e suas famílias - uma análise de múltiplas evidências dos reflexos da pandemia". **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, vol. 28, n. 1, 2024.

COLUCI, M. Z. O. *et al*. "Construção de instrumentos de medida na área da saúde". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 20, n. 3, 2015.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Designing and Conducting Mixed Methods Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2017.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A. *et al*. "Protect incomes or protect jobs? The role of social policies in post-pandemic recovery". **World Development**, vol. 182, 2024.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim de Conjuntura**. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 12/04/2024.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism. Cambridge**. Oxford: Polity Press and Blackwell Publishing, 1991.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FONSECA, J. R. *et al*. "Psicometria de um instrumento de análise da violência contra as mulheres". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 18, n. 52, 2024.

GARCIA, B. C.; MARCONDES, G. S. "As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado". **Revista Brasileira De Estudos De População**, vol. 39, 2022.

GARCÍA, D. "Las Políticas Públicas en América Latina en una etapa pospandémica y de cambio época". **Revista Estado y Políticas Públicas**, vol. 20, 2023.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviços Social**. São Paulo: Editora Cortêz, 2007.

HALPERN, N. *et al*. "Ready for digital transformation? The effect of organizational readiness, innovation, airport size and ownership on digital change at airports". **Journal of Air Transport Management**, vol. 90, 2021.

JACINTO, P. M. S. "Notas sobre pobreza, multidimensionalidade e subjetividade". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021.

JENNIFER, E. *et al*. "Gender differences in the association between unpaid labour and mental health in employed adults: a systematic review". **The Lancet Public Health**, vol. 7, n. 9, 2022.

LEIRIA, M. L. "Trabalho infantil – trabalho que ceifa a infância, oportunidades e vidas". *In*: FARIAS, J. M. A. *et al*. (orgs.). **Trabalho decente**. São Paulo: Editora LTr, 2017.

MAH, J. C. *et al*. "Social vulnerability indices: a scoping review". **BMC Public Health**, n. 1253, 2023.

MARIGOT, F. X. R. *et al*. "El marco de análisis: las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales". *In*: ADELANTADO, J. (coord.). **Cambios en el Estado Del Bienestar**: Políticas Sociales y desigualdades en Espanã. Madrid: Icaria, 2000.

MIOTO, R. C. "Família, trabalho com famílias e Serviço Social". **Serviço Social em Revista**, vol. 12, n. 2, 2010.

MUSIAL, D. C.; MARCOLINO-GALLI, J. F. "Vulnerabilidade e Risco: Apontamentos Teóricos e Aplicabilidade Na Política Nacional de Assistência Social". **O Social Em Questão**, n. 44, 2019.

NESBIT, R. *et al*. "Wrestling with intellectual diversity in public administration: avoiding disconnectedness depth, and relevance". **Journal of Public Administration Research and Theory**, vol. 21, n. 1, 2011.

OUOYA, Z. M. "Poverty And Vulnerability To Poverty: Conceptual Overview, Measurements And Causes". **International Journal of Scientific and Research Publications**, vol. 11, n. 8, 2021.

PASQUALI, L. **Psicometria**: Teoria dos Testes na Psicologia e na Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PASQUALI, L. "Princípios de elaboração de escalas psicológicas". **Revista de Psiquiatria Clínica**, vol. 25, n. 5, 1998.

PASQUALI, L. "Psicometria". **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, vol. 43, 2009.

PUYT, R. W. *et al*. "The origins of SWOT analysis. Long Range Planning". **Long Range Planning**, vol. 56, n. 3. 2023.

SOUZA, L. B. *et al*. "Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação". **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 27, n. 2, 2019.

SPIELMAN, S. E. *et al*. "Evaluating social vulnerability indicators: criteria and their application to the Social Vulnerability Index". **Nat Hazards**, vol. 100, 2020.

SPOSATI, A. "Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes". *In*: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 20/06/2024.

SPOSATI, A. "Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio". **Anais do VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Lisboa: CLAD, 2002

SPOSATI, A. "SUAS e trabalho profissional: Frágeis gritos e muitos sussurros". **Textos e Contextos**, vol. 20, n. 1, 2021.

SPOSATI, A. O. *et al*. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. "Trabalho Social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas". **Serviço Social em Revista**, vol. 13, n. 1, 2010.

THEODORO, M. **Sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

TITMUSS, R. M. **Essays on the Welfare State**. London: Allen and Unwin Tyson, 1958.

VASCO, A. *et al*. **Instrumentos de identificação e avaliação de risco familiar**: benchmarking de práticas nacionais e internacionais. Brasília: Enap, 2022.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 57 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima